*ISBN 978-85-7846-455-4*

# **A NATUREZA DO TRABALHO COMO ELEMENTO HUMANIZADOR, SUA CONDIÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL**

Zuleika Aparecida Claro Piassa

zupiassa@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina

Mayara Cristina de Assis

mayara.cris10@gmail.com

Eixo 3: Educação e Tecnologia

## **RESUMO**: O objetivo deste trabalho de natureza conceitual é discutir, por meio de uma revisão bibliográfica o conceito de trabalho e sua especificidade no contexto do capitalismo. Toma-se como referências para este intento as obras de Saviani (1998), Marx (1986) e Braz e Netto (2006) dentre outros. Em termos estruturais o texto foi organizado em 3 segmentos: o primeiro busca discutir o conceito de trabalho numa visão ontológica, o segundo e o terceiro aprofundam a abordagem sobre o trabalho no sistema de produção capitalista, destacando-se a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo. A pesquisa possibilitou concluir que o trabalho é o processo que funda o humano, mas no sistema capitalista tornou-se fonte de desumanização, gerando uma profunda e histórica contradição para a humanidade.

**Palavras chave**: trabalho; capitalismo; educação;

**INTRODUÇÃO**

No campo da educação, torna-se cada vez mais importante discutir, compreender e situar a educação e seu papel no sistema capitalista. A primeira ideia a ser apreendida é de que o capitalismo é um sistema produtivo perverso, excludente, que se pauta na exploração da força de trabalho de muitas pessoas em favor do enriquecimento de outras poucas pessoas, os donos dos meios de produção. A segunda ideia é a de que a educação é um setor estratégico neste sistema, uma vez que tem a responsabilidade de fazer a gestão da produção e da reprodução da mão de obra, bem como de propagar a ideologia necessária para produzir um consenso em torno deste estado de exploração. Mas antes de chegar a essas premissas, considera-se que o ponto de partida é compreender o que é “trabalho”.

Neste sentido, este trabalho tem uma natureza conceitual e tem como objetivo discutir, por meio de uma revisão bibliográfica o conceito de trabalho e sua especificidade no contexto do capitalismo. Toma-se como referências para este intento as obras de Saviani (1998), Marx (1986) e Braz e Netto (2006) dentre outros.

Em termos estruturais o texto foi organizado em 3 segmentos: o primeiro busca discutir o conceito de trabalho numa visão ontológica, o segundo e o terceiro aprofundam a abordagem sobre o trabalho no sistema de produção capitalista, destacando-se a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo.

## A pesquisa possibilitou concluir que o trabalho é o processo que funda o humano, mas no sistema capitalista tornou-se fonte de desumanização, gerando uma profunda e histórica contradição para a humanidade.

**1 O conceito de trabalho e a fundação do humano**

Inicia-se a discussão conceituando o trabalho a partir da ideia de Saviani (1998), para quem a diferença entre o homem e os outros animais reside no trabalho. Com base nessa concepção, tem-se o trabalho como um processo essencialmente humano. O mesmo autor dedica grande parte de sua obra discutindo a relação do trabalho com a educação. Esta, para ele, é vista também como um fenômeno próprio dos seres humanos, considera que educação é trabalho, mas trabalho não material.

A fim de conhecer a educação, tem-se que conhecer o ser humano a partir daquilo que o funda como ser: *o trabalho*. O homem necessita produzir sua própria existência e, diferente dos demais animais, ele adapta a natureza para si, transformando-a, conforme suas necessidades.

Marx (1986) afirma que a mais organizada espécie de abelha não se compara ao ser humano. O ser humano muda, transforma o mundo e ao mesmo tempo se transforma, se cria e se recria a partir desse processo denominado por Marx (1986) de trabalho. As abelhas, ainda usando o exemplo anterior, passaram década e décadas e, apesar de toda sua organização e de viverem em grupo, sua maneira de produzir não se alterou, mantiveram a forma de fazer suas colmeias e cada elemento do enxame já nasce geneticamente determinado para o exercício de uma função dentro da coletividade. Já em relação ao homem, ao se olhar para suas construções de casas, prédios, entre outros, verificam-se as mudanças ocorridas ao longo da história e o uso da natureza para si nesse processo.

Seguindo o pensamento acima de que os abelhas já nascem geneticamente determinadas, Netto e Braz (2006) reafirmam que os animais, por exemplo, o João-de-barro, nasce com uma herança determinada geneticamente que os distingue para fazer sua função; as abelhas para construírem suas colmeias e o João-de-barro, suas casas, numa relação imediata entre o animal e o ambiente, para satisfazer suas necessidades biológicas estabelecidas. Sendo assim, observa-se que os animais não realizam o trabalho, porque o trabalho não se dá em uma relação imediata, não se realiza cumprindo determinações genéticas, mas ao contrário passa a exigir habilidades e conhecimento, ou seja, necessita de um aprendizado. O trabalho não atende a um elenco limitado de necessidades, ele implica o desenvolvimento sem limites para novas necessidades.

Netto e Braz (2006), buscando conceituar trabalho, fazem uso do conceito de Marx:

(...) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. (...) pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No final do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu em imaginação do trabalhador, e por tanto idealmente. Ele apenas não efetua uma transformação da forma da matéria natura; realiza, ao mesmo tempo na matéria natural, o seu objeto. (...) os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meio. (...) O processo de trabalho (...) é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana, e portanto, (...) comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.149-150,153).

Para Marx (1983), o trabalho é instaurado no momento em que se antecipa mentalmente a finalidade da ação, portanto, o trabalho é uma ação intencional, com finalidades. É, pois, uma atividade teleológica, ou seja, não é qualquer tipo de atividade, o homem, ao criar algo primeiramente, mentaliza o que quer fazer em seu consciente, estabelece as finalidades, planeja os meios, fabrica instrumentos para, então, pôr em prática e executar sua ideia. Netto e Braz (2006) enfatizam a ideia de que o trabalho é uma atividade coletiva, em que o homem não se encontra isolado, mas está inserido em um meio com outros sujeitos, esse caráter coletivo da atividade do trabalho é denominado social. O trabalho não transforma apenas a matéria natural, mas também a sociedade, porque o trabalho implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando seus sujeitos e sua organização. Vale destacar que ele também é um o processo histórico pelo qual surge o ser destes homens, o ser social.

Marx (1986) afirma que foi por meio do trabalho que a humanidade se constituiu com tal. A sociedade não pode viver sem a natureza transformada pelo homem, a qual permite a manutenção da vida. A relação natureza e sociedade varia de acordo com as transformações ao longo da história, uma vez que, pelo trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo. O homem é a natureza historicamente transformada e o que é propriamente humano reside nesta transformação. O homem se desenvolve com um novo tipo de ser, no qual suas peculiaridades não se devem a heranças biológicas nem a condições genéricas predominadas, é um ser inédito, o ser social, criado por si, a partir do ser estar com a natureza.

 A produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades humanas, para Marx (1986), é o primeiro ato histórico.

Pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como há milhares de anos, deve ser cumprido por todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 1986, p.39).

Percebe-se, então, que Marx (1986) enfatiza como primeiro ato histórico o trabalho. É relevante o seu apontamento, pois como fazer história se o homem não se mantiver vivo? Indo mais além, afirma que é por meio do trabalho que se tem a condição da vida humana, pois é ele quem satisfaz as necessidades vitais como também sociais, porque para comer, ato mais primitivo de sobrevivência, faz-se uso do trabalho, assim como também beber, vestir entre tantas outras necessidades. Aqui se percebe que o trabalho em si não está somente ligado ao trabalho assalariado e a uma sociedade capitalista, está ligado também à vida de modo mais envolvente do que se imagina. Marx (1986) ressalta ainda que a história da humanidade deve ser sempre estudada e elaborada obtendo conexão com a história do trabalho.

## **2 Trabalho no sistema capitalista**

Seguindo a concepção de trabalho anteriormente abordada, observa-se que a propriedade no seu sentido ontológico se dá no intercâmbio material entre o homem e a natureza, para se manter a vida humana, vem a ser o direito de se apropriar, transformar, criar e recriar. Nesse sentido, Marx (1983) enfatiza que o trabalho assume então duas dimensões distintas e articuladas, uma contemplando-o como mundo da necessidade e a outra como mundo da liberdade, em que a primeira está relacionada as suas necessidades imperativas do homem, levando em consideração sua condição de um ser histórico-natural que necessita produzir as manutenções de sua vida social e biológica. A segunda dimensão é a parte da resposta às necessidades imperativas, nas quais o ser humano pode fruir do trabalho mais especificamente humano, ou seja, um trabalho criativo e livre, não determinado pelo reino das necessidades.

Frigotto (2010), corroborando o pensamento de Marx (1983) sobre as duas dimensões do trabalho, fala sobre a segunda dimensão da centralidade e ressalta que o princípio do trabalho educativo se deriva de sua especificidade de ser uma atividade necessária para todos os seres humanos, constitui-se por ser um elemento criador da vida humana, como um dever e direito. Entende-se que o trabalho torna possível a vida, ele não é tão somente um dever como um direito, porque não se pode ser um desumanizador a ponto de tirar o direito de trabalho do outro, mas se deve ter consciência do dever e direto para tornar possível a vida humana. Isso demanda preparar para o mundo do trabalho.

Ainda para Frigotto (2010), o trabalho socialmente é considerado como dever a ser aprendido, socializado desde a infância, indo mais além, trata-se de aprender que o ser humano necessita elaborar a natureza, transformando pela ação do trabalho para satisfazer suas necessidades vitais como também socioculturais. Quando não se socializa esse valor, Gramsci (1978) afirma que o ser humano passa a ser uma espécie de *mamíferos de luxo*, que acredita ser algo natural viver do trabalho do outro, por meio da exploração. Aos educadores cabe também fazer parte deste processo de humanização, promover, por meio da ferramenta chamada educação, a formação do ser humano e não *mamíferos de luxo* (Grifos do autor).

Apesar de ser ontológico ao ser humano, o trabalho assume novas nuances quando organizado pelo sistema capitalista. Há, segundo Marx (1986), uma deturpação do sentido humanizador do trabalho neste sistema de produção, ou seja, ao invés de humanizar, desumaniza, de aumentar o poder do homem sobre o mundo, o destitui do caráter transformador, alienando-o.

Frigotto (2010) afirma que desde o século XVII, em quase todas as sociedades, o trabalho é regulado por ações sociais capitalistas, é um modo de produção social da existência humana que vem em contraposição ao modo de produção feudal, caracterizada pelo acúmulo de capital, por meio da criação de propriedades privadas dos meios e instrumentos de produção. É nessa relação social assimétrica que vai se constituir as classes sociais chamadas por Marx (1986) de fundamentais: os proprietários dos meios de produção e instrumentos de produção e os não proprietários, constituída de trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, é daqui que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Com o capitalismo, tanto o trabalho, a ciência e a tecnologia deixam de ter sua “centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca com o fim de gerar mais lucro ou mais capital” (FRIGOTTO, 2010, p.22).

O trabalho, segundo Silva (1990), refere-se sempre “aos outros”, porque se compra quando dele se necessita e se vende quando os outros necessitam dele. Para ele, o que se compra ou se vende não é o próprio trabalho e sim a força de trabalho, a capacidade humana de realizar trabalho. Por esse motivo, o trabalho é sempre do outro e não para si mesmo. Alves (2007) complementa que no capitalismo a força de trabalho se torna mercadoria, ao abordar sobre Marx, afirma que em *O Capital* (1986), está revelada uma fórmula genial que é: D-M-D’ (onde D é igual a dinheiro, M é mercadoria e D’ é o dinheiro acrescido de mais-valor), é com essa fórmula que Marx vai estruturar a sociabilidade do capital, sendo também um princípio fundamental para a produção e reprodução. Para melhor compreensão, pode-se dizer que, por meio da venda de mercadorias com o movimento do dinheiro, faço crescer o dinheiro que tinha fazendo com que ele aumente, entra aqui a lei da mais-valia, Alves (2007) afirma que é “tão somente através da venda de mercadorias que ocorre a acumulação de capital-dinheiro”. Para Alves (2007), citando Alves (2007, p. 18):

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que nos dá a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia (o D’). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produz mais-valia.

Marx (1983) faz uma análise junto à primeira revolução industrial, em que destaca duas categorias antagônicas, os burgueses e os proletariados, ou seja, os patrões e os empregados. O autor inicia, então, uma interpretação histórica deste momento, remontando as transformações do sistema capitalista. Colocando de uma forma mais didática, retoma-se o momento em que prevalecia um comércio a base da troca. O fabricante de sapatos produzia seus sapatos e trocava pelo que necessitava, se no momento estivesse precisando de tecido, iria negociar com quem produzia tecido e em troca de três pares de sapatos, por exemplo, trocava “x” metros de tecido e ali entrariam em um acordo de troca de acordo com a necessidade imediata de cada um. Assim, prevalecia o trabalhador que elaborava seu trabalho e tinha acesso a sua produção do início ao fim, bem como ao usufruto dela. Com a introdução da moeda, o sistema de troca perde seu significado, dando lugar ao sistema monetário. Agora, o artesão de sapatos que acompanhava a produção do começo ao fim, em função do aumento da demanda por mais produtos, vê-se obrigado a criar novas formas de produção, dividindo em parcelas seu trabalho. Parcelas que serão executadas por outros trabalhadores que não terão mais a visão da totalidade da produção, mas apenas de um pedaço dela. Ou se tornar empregado de uma indústria que produza sapatos, caso não tenha recursos para bancar os meios de produção. Neste caso, será responsável por apenas uma das etapas de produção.

A evolução desta parcelarização do trabalho culminou nas linhas de montagem, em que vários operários vão fabricar um produto que antes era feito por um só artesão. Levando em consideração as ideias de Marx (1986), o trabalho, no qual tudo vai acontecendo de forma fragmentada, aliena o trabalhador, levando-o a perder a visão da totalidade do trabalho e da produção. Leva também o trabalhador a não mais usufruir de sua produção, isso ficará a cargo do dono dos meios de produção que venderá a mercadoria finalizada e sobre esta colocará uma margem de lucro que não será repassada ao trabalhador, afinal seu trabalho será contabilizado como custo de produção. Sendo o capitalismo sustentado pelo lucro, neste processo de produção industrializada, o que importa aos burgueses é este lucro e só ele. O trabalhador se torna um instrumento necessário a esta produção. Suas necessidades e particularidades não terão a menor importância se estas não vierem a contribuir para aumentar sua produção e os lucros do patrão. Aos trabalhadores resta, pois, o salário (MARX, 1986). Este lucro representa a mais valia da qual se discorreu anteriormente.

A produção de mais-valia é o grande objetivo do capitalismo, é o que sustenta a margem de lucros. Quanto mais se puder extrair do trabalhador sua força de trabalho, sem pagar ou pagando o mínimo possível, maior é à margem de lucros.

## **3 Trabalho produtivo e improdutivo**

Ainda tratando do sistema capitalista de produção, mas já endereçando nossa discussão para a relação trabalho e educação, considera-se importante abordar os conceitos de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, em função da intenção de relacionar trabalho e educação são o de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”.

Silva (1990), ao discorrer sobre a história da “ciência do trabalho dos outros”, afirma ser também a história da ambiguidade da relação trabalho produtivo e trabalho improdutivo, mas o que vem a ser trabalho produtivo e trabalho improdutivo? “Trabalhador produtivo é aquele que aumenta a riqueza de seu patrão” (MARX, 1986, p.120), “à luz do bom senso, trabalho produtivo seria aquele do qual decorreriam produtos úteis, improdutivo, consequentemente, seria o trabalho gerador de coisas inúteis” (SILVA, 1990, p.28). Porém, com um olhar mais atento visando ao capital, o trabalho produtivo está vinculado ao trabalho útil que aumentará o capital, já o trabalho improdutivo é aquele que será inútil para a ampliação do capital, mas que é necessário para o processo de humanização do homem. É o caso do trabalho dos filósofos, de artistas, de alguns cientistas sociais e de outros profissionais.

Silva (1990) continua em sua abordagem sobre a especificidade do trabalho, a classificá-lo em trabalho vivo e trabalho morto. Na obra *Escola Pública como local de Trabalho*, Silva (1990) destaca que a prevalência do trabalho morto sobre o vivo é a chave do processo capitalista. Sendo assim, ocorre certa desumanização no processo de trabalho. Marx (1986) aponta que “não é o operário quem compra meios de subsistência e meios de produção, mas os meios de subsistência compram os operários para incorporá-lo aos meios de produção”.

Já para Silva (1990, p. 30), “o trabalho deixa de ser atributo do homem, que determina sua relação com a natureza: é o próprio homem que passa a ser instrumento do trabalho, objetivando e determinado pelo processo de produção capitalista”.

Pode-se observar que o homem passa a ser um instrumento do trabalho no mundo capitalista, em que trabalha para manter sua sobrevivência, seus status de consumo. Hoje a renda de um trabalhador não tem a função somente de satisfazer suas necessidades de sobrevivência, mas também de satisfazer suas necessidades humanas. Alves (2007) explica que “o trabalho vivo torna-se mero termo intermediário subsumido à máquina.” Sintetizando, o trabalho morto é executado por máquinas, tais como robôs. Robôs produzem, mas não consomem. Diferentemente do homem que produz e consome.

As máquinas, portanto, não fazem girar a força do capitalismo, o lucro, assentado nesta relação entre produção e consumo, complementando Alves:

Com a máquina e o sistema de máquinas sob a grande indústria, o processo de trabalho propriamente dito tende a negar a si próprio como processo de trabalho, sob a direção consciente do trabalho vivo, para tornar-se processo de produção do capital conduzido pelo trabalho morto. (ALVES,2007, p. 34).

Ao se pensar na chegada das máquinas e grandes indústrias no processo de trabalho junto ao capitalismo, segundo Alves (2007), pode-se ver dois momentos cruciais no processo de trabalho:

Primeiro, o processo de trabalho que se constitui com o modo de produção capitalista não se volta à produção de objetos que satisfaçam a necessidades humanas, valores de uso, mas sim a produção de valores e, mais especificamente, mais-valia. Segundo, no interior deste próprio processo de trabalho capitalista ocorrem mudanças significativas, por conta do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que alteram sua própria natureza intrínseca (ALVES, 2007, p.33).

Alves (2007), ao explicar o processo do trabalho natural, escreve que é construído em sua dimensão pelos elementos: o sujeito da atividade laborativa que é o trabalho vivo, o instrumento de trabalho e o objeto de trabalho que é a natureza, qualquer atividade que visa satisfazer as necessidades humanas são construídas por meio desses elementos, em que se pode ver de um lado o homem e do outro, os meios de produção. Como Bianchetti (2001) destaca, de um lado vê-se:

O capital, enquanto sujeito social que detém a primazia da direção e controle do processo de trabalho, põe e dispõe o quando, o como e o quanto de capacidades humanas são fomentadas, produzidas e aproveitadas e, igualmente, as que são preteridas e descartadas (...). (MACHADO, 1996, p.53).

E de outro lado existem os “trabalhadores, com seus interesses, suas estratégias de resistência, seus saberes tácitos e suas saídas individuais ou de órgãos de representação” (BIANCHETTI, 2001, p.19). Apesar de todo poder que os proprietários possuem, a tomada de consciência por parte dos trabalhadores sobre sua importância e posição no sistema produtivo os tem levado a construir formas históricas de resistência, o que torna o sistema capitalista uma grande “panela de pressão” em constante atividade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho é o processo pelo qual os homens superam o que foi dado pela natureza, ou seja, utilizando-se de sua racionalidade e a partir de suas necessidades o homem pode transformar a natureza para satisfazer suas necessidades. Historicamente este processo, de caráter coletivo, foi se aprofundando e sua forma atual é o capitalismo, um sistema que se apóia na acumulação de riquezas nas mãos de poucos pela exploração da força de trabalho de muitos.

O trabalho socialmente é considerado como dever a ser aprendido, socializado desde a infância, indo mais além, trata-se de aprender que o ser humano necessita elaborar a natureza, transformando pela ação do trabalho para satisfazer suas necessidades vitais como também socioculturais. Quando não se socializa esse valor, Gramsci (1978) afirma que o ser humano passa a ser uma espécie de *mamíferos de luxo*, que acredita ser algo natural viver do trabalho do outro, por meio da exploração. Aos educadores cabe também fazer parte deste processo de humanização, promover, por meio da ferramenta chamada educação, a formação do ser humano e não *mamíferos de luxo* (Grifos do autor).

Apesar de ser ontológico ao ser humano, o trabalho assume novas nuances quando organizado pelo sistema capitalista. Há, segundo Marx (1986), uma deturpação do sentido humanizador do trabalho neste sistema de produção, ou seja, ao invés de humanizar, desumaniza, de aumentar o poder do homem sobre o mundo, o destitui do caráter transformador, alienando-o.

. Na busca por conhecer o processo de trabalho no capitalismo, em primeiro lugar destacamos o sentido ontológico do trabalho como a ação do homem sobre a natureza, ou seja, o trabalho não é simplesmente uma tarefa assalariada, no qual a sociedade capitalista faz com que a classe trabalhadora venda sua força de trabalho para sua sobrevivência, desta forma é possível verificar que alguns compram e outros vendem sua força de trabalho. Em segundo lugar analisamos que o capitalismo tornou o trabalho uma fonte de prazeres para uns e de sofrimento para outros que vêem sua força de trabalho expropriado, observa-se que o que se importa nesta sociedade é o trabalho produtivo, que gera cada vez mais riqueza para uma determinada classe, o homem passa a ser instrumento do trabalho com a sociedade capitalista.

## Consideramos por fim que o trabalho é o processo que funda o humano, mas no sistema capitalista tornou-se fonte de desumanização, gerando uma profunda e histórica contradição para a humanidade.

#

# **REFERÊNCIAS**

ALVES, Giovanni, **Dimensões da Reestruturação Produtiva.** Ensaios de sociologia do trabalho. São Paulo: Ed. Praxis, 2007.

BIANCHETTI, **Da chave de fenda ao laptop**. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: VOZES/Editora da UFSC/Unitrabalho 2001.

LOMBARD, J.C,; SAVIANI, D.;SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1983.

NETO, José Paulo e Marcelo Braz. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação: O debate teórico-metodológico atual.**1ªed. São Paulo: Autores associados, 1998.

SILVA, Celestino Alves da. **A escola Pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1990.